

Pré-Constituinte já nasce bem desgastada

Luiz Artur Toribio

A comissão pré-Constituinte de 50 nomes que o Palácio do Planalto deverá oficializar — sabe lá Deus! — provavelmente hoje, já nasce bem desgastada politicamente e pulverizada pela atuação de outras tantas comissões que a sociedade civil fará entrar em cena — todas com o mesmo objetivo: subsidiar, na reta final, a Assembléia Nacional Constituinte. O presidente da OAB, Hermann Baeta, anunciou ontem que a entidade também terá sua comissão. O ministro da Educação, Marco Maciel, também fará uma comissão extra, com o objetivo de juntar Constituinte e Educação. Ela atuará em todos os Estados e o céu é o limite. Com isso, Maciel dá sua contribuição por fora. Haverá certamente outras tantas comissões: de Cultura, de Informática, de Trabalhadores, etc. etc.

“O governo está colocando o carro na frente dos bois”. Essa é a opinião de Hermann Baeta, um dos principais críticos do processo convocatório. “Vamos ficar atentos e vigilantes ao trabalho dessa comissão de notáveis”. Qualquer erro, a OAB não promete denunciar.

Foi cirado na reunião da SBPC o chamado “Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte”. Deste plenário participam mais de 30 entidades e o Partido dos Trabalhadores. Em carta aberta ao presidente José Sarney e ao Congresso Nacional o tal plenário disse ontem ao que veio: “Ninguém nega que o Congresso Nacional tem alguns poderes constituintes. Mas os poderes constituintes do Congresso são somente aqueles que a Assembléia Constituinte lhe delega por meio da Constituição, e se limitam ao poder de emendar a Constituição em vigor. (...) E espúria a Constituinte formada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. (...) Na Assembléia Constituinte, porém, os legisladores fazem uma só lei. Esta lei é um Estatuto: é o Estatuto de uma importantíssima instituição: a Constituição do Estado”.

Em outras palavras, as lideranças conscientes da sociedade brasileira querem participar e vão participar: azucrinando o trabalho jurídico da comissão dos “Notáveis”.

Hermann Baeta, por exemplo, sustenta que “para ser realmente livre e soberana, como se pregou em praça pública na campanha das diretas e na eleição de Tancredo Neves, a Assembléia não pode ser um apêndice, subordinada a um outro órgão, que é o Congresso Nacional”.

Diz ele: “Fazer uma Constituição requer muito trabalho, muita concentração. E para ser Constituinte, basta ser cidadão brasileiro. Não está escrito em lugar nenhum

que só pode ser Constituinte deputado ou senador”.

Além de criticar a comissão propriamente dita e a atuação conjunta Congresso/Assembléia Nacional Constituinte, o presidente da Ordem tem uma proposta concreta para tornar a Assembléia livre e realmente soberana:

“Poderia ser eleita no final deste ano, fazer a Constituinte ao longo de 86 e terminar o trabalho junto com a atual legislatura. Os atuais parlamentares que desejassem participar da elaboração da Carta Constitucional, se afastariam do Poder Legislativo dando lugar aos suplentes”.

Baeta vai adiante na sua idéia: “Em 45 não houve nenhuma comissão dos “Notáveis” e a Constituinte foi a que mais durou na história do Brasil. E terrível essa idéia de impor 50 nomes a vontade de toda a Nação”. Para o presidente da Ordem, o ideal é que os constituintes tenham a preocupação de discutir com os eleitores os termos da Carta. Uma vez elaborada a Constituição, o povo elegeria o Novo Congresso Parlamentar.

Para Hermann Baeta, o presidente José Sarney não pretende que a Comissão dos “Notáveis” elabore um texto constitucional. “Isso seria uma imposição à Assembléia eleita”, diz. Sobre a convocação da comissão — texto que deverá ser finalmente divulgado hoje, ele alerta:

“Estamos aguardando que saiam apenas linhas gerais. Essa comissão não tem o menor direito de falar em nome do povo brasileiro”.

A questão central, para o presidente da Ordem, é “política e não jurídica”.

“O mais importante é o conteúdo. E este conteúdo virá do povo. A questão jurídica vem depois, para dar forma ao conteúdo”.

Hermann Baeta faz questão de esclarecer que está apenas defendendo uma idéia. Não é candidato a nada e nem pertence a nenhum partido. Mas ficará de olho nos desvios que a comissão do governo possa porventura cometer. “E denunciarei tudo à Nação”.

O presidente do Conselho Federal da OAB, Hermann Assis Baeta, reivindicou ao ministro da Administração, Aluizio Alves, o aproveitamento dos funcionários públicos formados em direito, que exercem outras funções no serviço público, nas assessorias jurídicas. Segundo Baeta, o ministro foi muito receptivo a essa proposta. Aluizio Alves mandará fazer um levantamento dos bacharéis em direito que já estão em assessorias jurídicas e dos que estão atuando em outras atividades no serviço público.



O presidente da OAB, Hermann Baeta, prometeu ficar atento à comissão pré-Constituinte do governo

Jovens têm seu espaço próprio

A Comissão Nacional do Ano Internacional da Juventude, que acolhe representantes de várias ideologias e entidades do País, reuniu-se ontem novamente, desta vez para acertar os detalhes do debate “O Jovem e a Constituinte”, que será realizado simultaneamente, em todo o País, dias 30 e 31 de agosto.

O publicitário Mauro Salles vai organizar o evento, que se constitui na realização de um ciclo de debates subdividido em oito conferências preparatórias.

Segundo Mauro Salles, o aparato publicitário envolve agências de publicidade interessadas em divulgar o evento. “A idéia é realizar uma conferência, talvez em Brasília, contando com a participação de Jorge Amado, Gilberto Freyre e Luiz Carlos Prestes, na tentativa de incitar os jovens a comparecerem aos debates locais.

O representante da Coordenação Nacional da Pastoral da Juventude, Luiz Carlos Castelo Branco, reclamou que, “a juventude trabalhadora do País estaria sendo posta de lado” com a proposta apresentada, uma vez que prevê o início dos debates para dia 30, uma sexta-feira, impossibilitando o comparecimento de uma parcela representativa da juventude.

Decreto sai, os nomes não

O ministro da Justiça, Fernando Lyra, divulga hoje o decreto de criação da Comissão de Estudos Constitucionais, mas a relação de seus integrantes só deverá ser conhecida na próxima semana. Segundo assessores do ministro, a lista estaria ainda sofrendo modificações na Presidência e inclui um novo nome: Evaristo de Moraes Filho, advogado trabalhista e membro da Academia Brasileira de Letras.

A família Evaristo de Moraes é também representada na Comissão pelo criminalista Antônio, irmão de Evaristo. Após ser surpreendido na manhã de anteontem com a divulgação de um suposto decreto de criação da Comissão, que deveria ser assinado pelo presidente José Sarney, e depois das tentativas frustradas de divulgar logo o decreto, Lyra recusou-se a falar sobre o assunto.

O titular da Justiça estava ontem refratário a conversas com os jornalistas credenciados no Ministério. Não quis confirmar se o decreto será assinado e divulgado hoje, mas seus assessores confirmaram que o ministro José Hugo Castelo Branco, na Casa Civil, telefonou ao Ministro e assegurou

que o decreto seria reencaminhado hoje ao Ministério para ser divulgado à tarde.

Um dos assessores de Lyra garantiu ontem que o presidente José Sarney deverá mesmo assinar o decreto hoje. Tanto que pediu a assessores seus que o encaminhasse do Palácio da Alvorada para o Palácio do Planalto, pois a versão definitiva já estava pronta.

Muitos assessores de Lyra queixaram-se que a demora para divulgação do documento esvaziou a importância da Comissão, permitindo grande polêmica em torno dos nomes que irão integrá-la. Muitos nomes entraram e saíram da Comissão e assessores do ministro afirmaram que Laerte Vieira e Arnaldo Malheiros, que constavam da relação deixada por Tancredo, não irão mais participar.

Igualmente, o pianista Arthur Moreira Lima que integrava a primeira relação encaminhada ao Palácio do Planalto, ficou de fora na relação definitiva, assim como o general Octávio Costa. Assim já não se sabe se a Comissão terá mesmo 50 membros como chegou a afirmar Fernando Lyra. Houve muita crítica quanto ao número de membros da Comissão.

Empresário quer uma maior união

Salvador — Nas comemorações dos 174 anos de fundação da Associação Comercial da Bahia, ontem, o atual presidente da entidade, Juvenalito Gusmão de Andrade, clamou o empresariado a se unir em torno de seus interesses, para influir na eleição de deputados à Assembléia Nacional Constituinte comprometidos com a defesa da livre iniciativa.

Em solenidade realizada à noite, na sede da ACB, em que o empresariado homenageou os três ministros baianos — Waldir Pires, da Previdência Social; Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, e Carlos Sant’Anna, da Saúde — Juvenalito Andrade afirmou que no momento em que o país se mobiliza para debater a Constituinte, há necessidade que também o empresariado se posicione, “tenha uma ação política na escolha de seus representantes e na tarefa de elaboração da nova Constituição”.

Ministros

Compareceram à solenidade de comemoração dos 174 anos de criação da Associação Comercial da Bahia os ministros Waldir Pires e Carlos Sant’Anna. O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, mandou telegrama saudando o empresariado pela data e desculpando-se por não poder estar presente para receber pessoalmente a homenagem prestada aos ministros baianos, uma vez que já havia assumido previamente compromissos na capital federal.

Em seu discurso, voltado para a mobilização dos empresários baianos com vistas a participação na Constituinte, o presidente Juvenalito Andrade lembrou que a ACB surgida com o nome de Praça do Comércio de Salvador, por força de um movimento dos negociantes locais, na época, a maioria portugueses, “sempre foi palco de grandes decisões, marcadamente durante o Brasil vice-reino e império, quando esta casa era praticamente o único meio de articulação política da comunidade”.

— Mantendo a tradição da casa — prosseguiu Gusmão de Andrade — vamos ajudar a influir na formação do modelo do país, que seguramente, a semelhança de tantos outros, há de passar por um pacto de cooperação política, econômica e social, refletindo na formação de comissões partidárias para a formulação das grandes diretrizes de políticas econômicas e sociais, lastreadas na solidariedade do capital e do trabalho.